



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 18 DE DEZEMBRO DE 1996

Senhor Vice-Presidente da República, Dr. Marco Maciel; Senhor Ministro de Estado da Saúde, Dr. Carlos César de Albuquerque, e Dona Nara; Senhor Dr. José Carlos Seixas, que vem respondendo pelo Ministério da Saúde; Meu estimado amigo e ilustre ex-Ministro; Adib Jatene, que nos dá a honra da presença; Senhores Ministros de Estado; Senhor Governador do Estado de Rondônia; Valdir Raupp; Senhores Parlamentares aqui presentes; Senhoras e Senhores;

Acho que é do meu dever, ao iniciar este pequeno pronunciamento, na solenidade de posse do senhor Ministro da Saúde, começar por fazer uma referência a quem o precedeu. Quero agradecer de público o enorme esforço que foi feito pelo Ministro Jatene enquanto esteve à frente do Ministério da Saúde. Convivi com ele, sei das suas lutas, ajudei no que pude e acho que o Dr. Jatene deixou uma marca forte nesse Ministério.

Acredito, também, que o Dr. Seixas, que foi colaborador todo o tempo, deu uma contribuição excepcional. Aproveito a oportunidade para pedir ao Dr. Seixas, de público, que não se negue a conti-

nuar nos ajudando, para que possamos, realmente, encaminhar de maneira adequada o Ministério da Saúde.

Dr. Carlos César de Albuquerque, Vossa Excelência sabe que as razões de sua escolha se inscrevem na sua biografia. Não foi por outra razão que tomei a decisão de nomeá-lo Ministro da Saúde. Aqui não houve influências políticas – não que elas não sejam legítimas, mas não houve; não houve decisões de compadrio, nem houve outro ânimo que não o de buscar alguém que pudesse dar continuidade a uma obra que sei difícil e que requer competência, probidade e energia. Seu desempenho, no seu Estado natal, à frente de uma grande instituição hospitalar e universitária e, mais ainda, a sua eleição para Diretor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul credenciam-no, de maneira simples, direta e clara, para o exercício das funções às quais Vossa Excelência acaba de ser alçado.

Conversamos, em mais de uma oportunidade, sobre aquilo que muitos de nós sabemos: os problemas, as possibilidades e as dificuldades da área da saúde. Nós vivemos, hoje, um momento do Brasil em que os diagnósticos já existem, as dificuldades são reconhecidas. Falta, muitas vezes, a coordenação de esforços necessária para que se possam suplantar os obstáculos que ainda persistem e que, muitas vezes, dificultam aquilo que é já um desejo de todo o País.

Eu tenho dito e repito aqui: o Brasil moderno, de hoje, democrático, de consciência cidadã, não se compagina mais nem com a perpetuação da miséria e muito menos com a corrupção. Isso são águas passadas. A aceitação passiva de males que outrora foram grandes e hoje estão em declínio não existe mais. Não se muda uma situação de miséria e de dificuldades do dia para a noite. Mas a decisão de mudá-la e as ações na direção da sua mudança são de ontem, não são de hoje. Aliás, vêm sendo tomadas já há algum tempo. E a saúde está no centro desse processo, porque a desatenção, muitas vezes, a falta de assistência, muitas vezes, geram na população uma sensação de desvalimento e de irresponsabilidade por parte dos governantes. E nós não podemos conviver com isso. As dificuldades nós sabemos quais são. Imensas.

Espero que o ano de 97 possa ser definido pelo Governo como o Ano da Saúde, assim como o que agora se encerra foi o Ano da Educação, cujo balanço farei amanhã; e ver-se-á que, com a ajuda do Congresso, muita coisa mudou na educação, no Brasil.

Pois bem, para o ano de 97, também com a ajuda do Congresso e com a luta tenaz do Professor Jatene, foi possível agregar um *plus* aos recursos para a saúde. Vamos ter que usá-los bem. Não faltará a Vossa Excelência o meu apoio, nem faltará o apoio de todo o Governo. Mas vamos precisar redobrar nossas energias na direção do programa que Vossa Excelência traçou, que é o programa deste governo e já vinha sendo implementado. Cabe agora a nós buscar, com mais empenho ainda, se possível, as formas alternativas que permitam resolver as difíceis questões da saúde.

Aproveito para recordar – sobretudo porque há muitos parlamentares aqui presentes – que o esforço feito para refinar a saúde com a CPMF é transitório, e assim foi pensado; e que, enquanto não se tiver uma disposição mais firme, de parte do poder político, no sentido de que municípios e estados se juntem à União no esforço de financiamento da saúde, não há solução estável para a questão da saúde.

A União tem feito um esforço imenso e praticamente assegura, sozinha, o custeio da saúde. É inviável pedir mais: se mais eu pedisse, o Congresso negaria, porque já fez um esforço muito grande para assegurar o mínimo de recursos. Mas é possível pedir uma reorganização do nosso sistema tributário, de tal maneira que haja uma contribuição convergente, de estados e municípios com a União; e que haja, também – ao mesmo tempo que uma maior transferência, como já está sendo feito, de responsabilidades para os níveis estaduais e municipais, com o SUS na gestão semiplana, etc., – uma compreensão e uma ação mais ativa por parte dos estados, dos municípios, junto com a União, na fiscalização do bom desempenho nas áreas da saúde.

Isso é indispensável. A sociedade democrática requer convergência dos vários níveis da administração. Requer, também, fiscalização, nos vários níveis da administração. Isso só se obtém quando há compreensão de toda a sociedade quanto à importância do processo em curso e,

sobretudo, quando existe a compreensão dos funcionários, dos médicos, dos responsáveis administrativos pelo processo geral do mecanismo que nós criamos, de implantação desse Sistema Único de Saúde.

Não tenho dúvida alguma, também, em endossar, como, aliás, já havia endossado anteriormente, a orientação no sentido de uma medicina mais preventiva. Sei que alguns acham que é modismo, ou que não se deve mais falar assim. Nunca liguei para modismos, nem na minha própria disciplina científica, porque há certas imposições, na verdade, que não saem de moda. É necessário, sim, ter empenho muito grande na prevenção.

Isso não vem em detrimento da cura, vem em complementação, porque diminui a necessidade de recursos curativos. Ao dizer que se quer pôr ênfase na prevenção, não se está dizendo que se deseja uma medicina curativa de segunda categoria, para o País; pelo contrário. Mas é evidente que, na distribuição de recursos, nós temos que colocar mais ênfase nas grandes campanhas epidemiológicas, mais ênfase, sobretudo – no meu modo de entender, como quase leigo, porque, como sociólogo, algo devo poder falar sobre isso – no que diz respeito à convocação dos agentes comunitários de saúde e dos médicos de família em programas sociais, para que, aí, sim, se produza, na base da sociedade, uma transformação importante.

Queria agregar, Dr. César, que o Governo está altamente empenhado na efetivação de um programa que é complementar à saúde – e aí não me refiro à educação só; refiro-me ao saneamento básico. Depois de alguns anos de profunda desorganização do sistema de financiamento para o saneamento e para a habitação, nós conseguimos repor os fundos necessários para esses programas, em condições de acelerá-los. Hoje, a Caixa Econômica Federal dispõe de recursos.

Tenho dito e vou repetir: nós estamos começando a mudar de problemática no Brasil. Se, até há pouco, tudo era escassez – como ainda é, na saúde –, em algumas áreas a escassez de recursos deixou de ser o problema principal, que passou a ser a qualidade da decisão, da gestão, do atendimento ao público que realmente necessita desse apoio.

Nós, hoje, já dispomos de recursos. Dispomos de recursos para saneamento, em proporções consideráveis. Estamos empenhados em, a partir do ano que vem – aqui está o Ministro do Planejamento, sob cuja guarda estão esses programas; aqui vejo também o Presidente da Caixa Econômica –, já utilizarmos os recursos para agir com muita velocidade e com muita profundidade na questão do saneamento básico. Isso é fundamental para atingirmos um dos objetivos propostos pelo Governo – e já se está em marcha para alcançá-lo –, que é a redução drástica dos índices de mortalidade infantil e, também, de uma série de moléstias contagiosas que dependem, basicamente, de cuidados, no que diz respeito à higiene e, portanto, ao saneamento básico e à oferta de água para as populações.

Nesta nova etapa que o Brasil vive, nada disso pode ser feito só pelo Governo Federal: tem que ser feito juntamente com os estados e municípios, através de conselhos, que são difíceis de se organizar, mas que são os elementos centrais para impedir o clientelismo e a corrupção. Por mais que seja demorado o processo de instalação de um sistema de fiscalização mais ampla da sociedade, ele é essencial, se se tem uma visão, não de imediato, de prazo curto, mas de médio prazo, de longo prazo, para o País. É essencial que, ao mesmo tempo, se democratizem os instrumentos que servem de controle desses processos de políticas sociais. Nós estamos avançando nessa matéria.

Como bem mostrou Vossa Excelência, ao lado disso é preciso ter muito empenho na junção de problemas educacionais com programas de saúde. Nós dispomos, hoje, de mecanismos de televisão ágeis, capazes de, rapidamente, disseminar informações, tanto pelas televisões ligadas ao Governo como em geral. Devemos e podemos multiplicar, portanto, os nossos esforços de disseminação de uma consciência cívica da saúde. Há, portanto, aí, não só o desafio: mais do que o desafio, há um começo de condições para que esse desafio seja enfrentado.

Ao finalizar e desejar muito êxito a Vossa Excelência, quero renovar, primeiro, meus agradecimentos pelo fato de ter aceito. Hoje, não é fácil assumir funções públicas. Funções públicas, no Brasil contemporâneo, correspondem a um ônus pessoal imenso. Sei quão difí-

ceis são certas decisões. Agradeço a Vossa Excelência. Ao mesmo tempo, quero agradecer ao seu antecessor. O País só cresce quando há continuidade e quando um passo que se dê, por necessidade que seja, é o reconhecimento de que só foi possível porque houve outros passos anteriores.

Ninguém constrói destruindo. Só se constrói somando. Por isso mesmo, renovo o meu apelo a todo o Governo, aos presentes e, dentro do possível, a todos os brasileiros, para que, juntos, possamos avançar mais na área da saúde. Tenho certeza de que o Dr. Carlos César de Albuquerque será um ministro competente para levar adiante essa tarefa.

Parabéns a Vossa Excelência e muito obrigado.